



CATÓLICA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO
E PSICOLOGIA

PORTO

PARTICIPAÇÃO CÍVICA E POLÍTICA DE MULHERES CONSUMIDORAS DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS: FACILITADORES E OBSTÁCULOS

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de mestre em Psicologia

- Especialização em Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviante-

Inês Neves Da Silva

Porto, Janeiro 2023



CATÓLICA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
E PSICOLOGIA

PORTO

PARTICIPAÇÃO CÍVICA E POLÍTICA DE MULHERES CONSUMIDORAS DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS: FACILITADORES E OBSTÁCULOS

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de mestre em Psicologia

- Especialização em Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviante-

Inês Neves Da Silva

Trabalho efetuado sob a orientação de

Professora Doutora Cristiana Vale Pires
Professora Doutora Raquel Matos

Porto, Janeiro 2023

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais, pois sem eles nada disto seria possível. Estou muito grata por me terem proporcionado a oportunidade de prosseguir com o estudo de uma das minhas maiores paixões, a psicologia. Obrigada pelo apoio, amor, força, e por sempre terem acreditado em mim.

Às minhas irmãs, obrigada pelos conselhos, por me motivarem, por serem um exemplo para mim.

Às minhas orientadoras, agradeço por se mostrarem sempre disponíveis, pelos momentos de aprendizagem, autonomia, e partilha de conhecimento e experiências, pelas oportunidades de crescimento e pela paciência, empatia, abertura e compreensão que mantiveram comigo. A vossa dedicação e apoio tornou esta etapa final muito mais valiosa, mas também mais leve, obrigada!

A todo o corpo docente da Faculdade de Educação e Psicologia, obrigada pelo conhecimento transmitido ao longo do meu percurso académico, que me permitiu crescer enquanto pessoa e profissional.

Às participantes deste estudo, pela vossa contribuição, confiança, abertura e vulnerabilidade. Obrigada por terem partilhado as vossas experiências de vida comigo e por serem umas Guerreiras!

Aos amigos da faculdade, Rafa, Mafalda, Filipa, João e Gui, obrigada pelo apoio, pelas horas de estudo passadas com vocês, pela ajuda, compreensão, momentos de risada e choro, e pela amizade. Obrigada por terem sido um suporte durante o meu percurso académico. Foi um prazer ver-vos crescer, e crescer com vocês!

A todos os amigos que me acompanharam ao longo deste percurso, obrigada pelo companheirismo, pelas palavras reconfortantes e por serem quem são.

Resumo

Habitualmente, a participação cívica e política de mulheres é discutida tendo como referência as experiências de mulheres socialmente inseridas, que tiveram acesso a lugares de liderança ou de mobilização cívica e comunitária na esfera pública. No entanto, são inexistentes os estudos que se foquem na participação cívica e política de mulheres que consomem substâncias psicoativas em contextos de marginalização e de vulnerabilização social. O presente estudo procura responder a esta ausência de evidência científica e, em particular, propõe-se identificar as experiências e os fatores facilitadores e obstáculos à participação cívica e política destas mulheres. Para tal, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, sobre as experiências de participação cívica e política ao longo da vida de 10 mulheres consumidoras de drogas em contextos de vulnerabilidade social. O tratamento dos dados foi feito com recurso a um *software* de análise de dados qualitativos (NVivo). Os resultados demonstram que, ao longo do desenvolvimento destas mulheres, em várias fases da sua vida (infância, adolescência e juventude e idade adulta), fatores como o contexto familiar em que cresceram, o nível de escolaridade e o estatuto socioeconómico têm impacto na sua participação cívica e política. Atualmente, a discriminação, a violência e a marginalização que enfrentam por serem mulheres consumidoras de drogas com um perfil socioeconómico precarizado e de pobreza extrema, demonstra-se o maior entrave à sua participação, por limitar o acesso a recursos e direitos básicos. Ainda assim, é notável a forma como algumas participantes se têm auto-organizado em movimentos cívicos para se tornarem visíveis, terem voz e para advogarem pelos seus direitos.

Palavras-Chave: Participação cívica e política; Mulheres consumidoras de substâncias psicoativas; Obstáculos; Facilitadores

Abstract

Usually, the civic and political participation of women is discussed with reference to the experiences of socially integrated women, who had access to places of leadership or civic and community mobilization in the public sphere. However, there are no studies that focus on the civic and political participation of women who consume psychoactive substances in contexts of marginalization and social vulnerability. This study seeks to respond to this lack of scientific evidence and, in particular, aims to identify the experiences and facilitating factors and obstacles to the civic and political participation of these women. To this end, semi-structured interviews were carried out on the experiences of civic and political participation throughout the lives of 10 women who uses drugs in contexts of social vulnerability. Data processing was performed using a qualitative data analysis software (NVivo). The results show that, throughout these women's life pathways, at various stages of their lives (childhood, adolescence and youth and adulthood), factors such as the family context in which they grew up, the level of education and socioeconomic status have an impact on their civic and political participation. Currently, the discrimination, violence and marginalization they face because they are women drug users with a precarious socioeconomic profile and extreme poverty, proves to be the biggest obstacle to their participation, as it limits access to resources and basic rights. Even so, it is notable how some participants have self-organized into civic movements to become visible, have a voice and advocate for their rights.

Keywords: Civic and political participation; Women who use drugs; Obstacles; Facilitators

Índice

1. Introdução	7
2. Enquadramento Teórico	9
2.1. Mulheres consumidoras de substâncias psicoativas.....	9
2.2. Fatores facilitadores e obstáculos à participação cívica e política das mulheres ao longo dos anos.....	12
2.3 O âmbito conceptual da participação cívica e política.....	15
2.4. A participação cívica e Política de mulheres que usam drogas.....	16
3. Método	18
3.1. Participantes	18
3.2. Instrumentos	19
3.3. Procedimento de recolha de dados	20
3.4. Procedimento de análise de dados.....	20
4. Apresentação e discussão dos resultados	21
5. Conclusões	32
Referências Bibliográficas	35

1. Introdução

A participação cívica e política é de extrema importância pois permite o acesso aos serviços disponibilizados pela sociedade, o aumento da autoestima através do reconhecimento de direitos e capacidades, e ainda a obtenção de controlo, autonomia e agencialidade na tomada de decisão (Hopenhayn, 2007).

A participação cívica e política de mulheres, tem vindo a aumentar ao longo dos anos na Europa e particularmente em Portugal, contudo, estas ainda pertencem a um grupo em situação de maior desvantagem social em relação à participação cívica e política (Fernandes et al., 2011). Por exemplo, no ano de 1976 apenas 5,7% dos deputados nas eleições legislativas, eram mulheres (PORDATA, 2019). Em 2005 tínhamos uma percentagem de 21,3 % e em 2019 de 38,7%, no entanto, apesar deste crescimento indicar um aumento nos índices de participação política das mulheres, esta ainda é relativamente baixa, em relação aos homens (PORDATA, 2019).

Segundo os dados da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), as presidências da câmara têm sido, na sua esmagadora maioria, asseguradas por homens. Não obstante, a percentagem de mulheres na presidência de câmara tem vindo a aumentar ao longo dos anos, ainda que de uma forma pouco significativa. Em 2005 as mulheres representavam apenas 7,8% da presidência de câmara em Portugal, e em 2021 estas passaram a representar 9,4% (CIG, 2021). Em 2021, os distritos de Castelo Branco, Guarda, Beja, Leiria e Viana do Castelo não obtêm nenhuma mulher Presidente, e em 308 municípios, apenas 29 têm uma mulher Presidente de Câmara (CIG, 2021). Desta forma, compreende-se que apenas 1 em cada 10 presidentes de câmara em Portugal são mulheres (CIG, 2021).

A nível internacional, segundo os dados do European Institute for Gender Equality (EIGE), em 2021 os homens continuavam a apresentar uma percentagem superior às mulheres em todos os indicadores referentes à participação política. Por exemplo, em países como Malta, Eslováquia, Macedónia do Norte e Estónia não há nenhum membro no parlamento do sexo feminino, enquanto Portugal é o país que obtém mais mulheres na mesa do parlamento em toda a Europa (46.2%), ainda com um número inferior ao dos homens (53.8 %).

Segundo a estratégia para a igualdade de género 2020-2025, apresentada pela comissão europeia, as empresas, comunidades e nações devem ser lideradas por mulheres e homens (Comissão Europeia, 2020), defendendo-se que o género não deve afetar o

desenvolvimento das carreiras. Para tal, é necessário alcançar um equilíbrio entre mulheres e homens na tomada de decisões e nas políticas. Ainda são muito poucas as mulheres em cargos de gestão em instituições políticas e governamentais, nos mais altos órgãos judiciais ou em conselhos corporativos, embora haja paridade de género em cargos mais baixos (Comissão Europeia, 2020). Se as posições de topo são ocupadas maioritariamente por homens, isso cria um padrão de recrutamento de sucessores, às vezes simplesmente causados por preconceitos não conscientes (Comissão Europeia, 2020). Para uma boa liderança, a presença de mulheres e homens é essencial. Inclusão e diversidade são essenciais para criar ideias e abordagens inovadoras que sirvam melhor uma sociedade europeia vibrante e próspera (Comissão Europeia, 2020).

Assim, existem fatores que servem de facilitadores e obstáculos à participação destas mulheres, como os recursos financeiros disponíveis, a escolaridade, a rede e o suporte familiar, motivações pessoais, o contexto social no qual estão inseridas, que irão ser abordados com mais detalhe ao longo do trabalho (Sener, 2014).

A este nível, importa sublinhar que o grupo de mulheres não é homogéneo e, por esse motivo, mulheres que se encontram em situações de maior desvantagem social, como mulheres que consomem substâncias psicoativas, podem ter dificuldades acrescidas e obstáculos para o exercício da sua cidadania e participação política.

A literatura sobre a participação cívica e política de mulheres que consomem substâncias psicoativas em contextos socioeconómicos mais desfavorecidos é ainda escassa. No entanto, sabe-se que mulheres que consomem drogas, são alvo frequente de estigmas sociais associados ao seu género e aos seus consumos (Guiney, 2018).

As mulheres que consomem substâncias têm maior probabilidade de serem estigmatizadas, receberem menos apoio social, e de serem desfavorecidas economicamente, pertencerem a famílias e ter companheiros com problemas de consumo de substâncias, terem sido vítimas de abuso e violência sexual e física, e ainda, sofrerem de perturbações mentais (EMCDDA, 2017).

Desta forma, o consumo de substâncias psicoativas aumenta os processos de vulnerabilização social destas mulheres, pelo que, através das suas histórias de vida se pretende compreender os facilitadores e obstáculos à participação cívica e política de mulheres consumidoras de substâncias psicoativas, quais são as formas de participação cívica e política destas mulheres, e de que forma mobilizam recursos e se organizam para ativar os seus processos de participação cívica, empoderamento e agencialidade.

Este trabalho oferece também um contributo no âmbito do projeto Participo!¹, que tem como principal objetivo promover o aumento das taxas de participação cívica e política de mulheres e raparigas nas freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, e também um maior envolvimento das que já participam e que pretendem aumentar os seus níveis de responsabilidades (UFAFDN, 2020).

2. Enquadramento Teórico

2.1. Mulheres consumidoras de substâncias psicoativas

Em Portugal, o consumo de substâncias, como heroína, cocaína, cannabis, anfetaminas, LSD, cogumelos mágicos, é ilegal e punido por lei (SICAD, 2018). A Lei de Descriminalização do consumo de drogas, Lei nº 30/2000, definiu este consumo como uma contraordenação, estando a cargo do ministério de saúde, o seguimento das pessoas que têm na sua posse uma quantidade de substâncias ilícitas dentro dos limites tabelados (SICAD, 2018). Apesar de a política de drogas em Portugal enquadrar-se na promoção de uma estratégia baseada no respeito pela dignidade humana e no direito à saúde (Domoslawski & Capaz, 2011), indivíduos que consomem substâncias psicoativas, ainda são frequentemente estigmatizados. Consequentemente, as experiências causadas pela discriminação, resultam em oportunidades reduzidas em relação à educação, emprego e residência, relacionamentos mais pobres e redução da qualidade de vida em geral (Birtel et al., 2017).

Os enquadramentos científicos e políticos tradicionais e ainda dominantes, sobre a temática dos consumos de substâncias psicoativas, tendem a colocar a dependência de drogas como uma patologia ou défice, sugerindo que as pessoas que usam drogas se tornam doentes, desviantes e desalinhas, vistas como merecedoras de exclusão social e marginalização (Chang, 2021).

O estigma associado às pessoas que consomem drogas é agravado quando a pessoa que consome é mulher, porque à luz das normas de género hegemónicas se

¹ Participação cívica e política das mulheres, financiado pelo EEA Grants, e promovido pela união das freguesias de Aldoar, Foz, e Nevogilde, no âmbito do programa conciliação e igualdade de género, operado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG)

considera terem “transgredido” os padrões de gênero, e por terem fracassado na adoção de medidas de autoproteção (Dempster, 2011).

As mulheres que consomem drogas são um dos grupos mais difamados, incompreendidos e maltratados pela sociedade (Chang, 2021). Apesar da grande quantidade de abusos perpetrados sobre estas mulheres, incluindo atos violentos e discriminatórios, existe pouca inquietação pública ou empatia sobre este assunto (Chang, 2021).

Historicamente, na investigação sobre o uso de substâncias psicoativas, os participantes têm sido em grande parte do sexo masculino (Tuchman, 2010). No entanto, evidências recentes, estabelecem cada vez mais a importância de estudar questões específicas das mulheres e estudar as diferenças entre homens e mulheres em todas as áreas de investigação do uso de substâncias psicoativas (Tuchman, 2010).

As mulheres que usam drogas enfrentam mais julgamentos morais e mais repercussões sociais e políticas do que os homens por manterem estilos de vida considerados duplamente desviantes e transgressivos (Rosebaum, 1998). Devido às expectativas em torno das normas e identidades de gênero, estas acabam por enfrentar um duplo estigma, marginalizadas pela sociedade dominante, mas também dentro da cultura do consumo de drogas (Rosebaum, 1998). Estas representam cerca de um quarto de todas as pessoas com problemas graves relacionados com o consumo de drogas ilícitas e cerca de 20% do universo de utentes em serviços de tratamento na área das drogas na Europa (Guiney, 2018). Alguns estudos apontam que as mulheres têm maior probabilidade de aceder ao tratamento devido às necessidades decorrentes da gravidez ou parentalidade, por outro lado, estudos indicam que as mulheres têm menos probabilidade de procurar serviços especializados do que os homens devido ao estigma que sofrem (Guiney, 2018).

As mulheres que consomem drogas enfrentam problemas que lhes são específicos. Para algumas mulheres, esses problemas podem atuar como obstáculos para procurar, entrar e permanecer em serviços de tratamento (Arpa, 2017). Dentro dos problemas específicos, está o estigma associado às mulheres que consomem substâncias psicoativas, principalmente quando são mães, visto que os consumos são considerados incompatíveis com os papéis associados à maternidade e ao cuidado (Arpa, 2017). Os serviços disponibilizados e as intervenções realizadas são em grande parte pensados para homens, apesar de mulheres e homens que usam drogas diferirem em vários aspetos, incluindo

características sociais, consequências do uso e desenvolvimento de substâncias e progressão para dependência (Guiney, 2018). Práticas discriminatórias e a falta de respostas específicas e responsivas ao gênero, surgem como obstáculos na procura e acesso aos serviços ou reforçam a experiência e consequente internalização de sentimentos de culpa e vergonha associados ao estigma (EMCDDA, 2017).

Há algumas mulheres com problemas associados ao consumo de drogas, que têm necessidades especiais. Esses subgrupos muitas vezes sobrepostos incluem mulheres grávidas e mulheres com responsabilidades parentais; mulheres de minorias étnicas, mulheres reclusas e mulheres como profissionais do sexo que são frequentemente vítimas de violência e estigmatização (EMCDDA, 2017).

Algumas mulheres que utilizam drogas dedicam-se a atividades de trabalho sexual como forma de angariar dinheiro que lhes permita financiar os seus consumos (Rhodes et al., 2002). Estima-se que entre 20 e 50% das mulheres que consomem drogas injetáveis estejam envolvidas em trabalho sexual na Europa (Rhodes et al., 2002). As mulheres envolvidas no trabalho sexual enfrentam uma série de barreiras ao acesso ao apoio, e necessitam de esforços especiais que as apoiem no acesso a serviços sociais e de saúde (Rhodes et al., 2002). Algumas medidas têm vindo a ser implementadas, como horário de funcionamento noturno, serviços de extensão móvel, creche e suporte de acesso aberto (DrugScope & AVA, 2013). As mulheres que consomem drogas podem experienciar um atendimento nos serviços mais estigmatizante e negativo (UNODC, 2016). Estas mulheres são ainda mais propensas a sofrer violência e muitas têm poder limitado para praticar sexo seguro ou práticas seguras de injeção, colocando-as em maior risco de infecções (Azim et al., 2015).

Os estudos que investigam o uso de álcool e ou outras substâncias psicoativas em mulheres, retratam um perfil sociodemográfico de exclusão social, compostos na sua maioria por mulheres desempregadas, com baixa escolaridade, solteiras, sem apoio social, vítimas de violência inerente ao fenômeno do uso dessas substâncias, sendo mais vulnerável às sequelas físicas e psiquiátricas decorrentes dessa interação quando comparado aos homens (Santos et al., 2019).

Estudos também indicam que, comparativamente com homens que consomem drogas, as mulheres têm um histórico de responsabilidades acrescidas na sua família de origem e que também experienciaram mais comportamentos disruptivos na sua família (Tuchman, 2010). As mulheres também apresentam maior probabilidade que os homens,

de ter familiares com problemas relativamente ao uso de substâncias psicoativas, assim como manterem relações de intimidade com parceiros que também consomem e que, pelas dinâmicas de poder na relação, podem influenciar a iniciação ou continuação do uso de drogas da sua parceira, assim como aumentar o risco de recaída (Bloom et al., 2003). Tal como a relação com os parceiros, os relacionamentos com filhos/as também são muito importantes, sendo que as crianças poderão desempenhar um papel crucial nas questões relacionadas com a recuperação das mulheres (Grella, 2015). Com este ponto, percebe-se a importância que as mulheres atribuem aos seus relacionamentos, nomeadamente à esfera familiar, e por isso, é importante que sejam promovidas conexões saudáveis com crianças, membros da família e outras pessoas significativas (Arpa, 2017).

Em síntese, as abordagens proibicionistas sobre os usos de drogas, reforçam um imaginário social que define o consumo de substâncias psicoativas como um problema social. Neste contexto, as pessoas que usam drogas surgem no imaginário social como fracas, passivas, desordenadas, egoístas e indignas de confiança (Fraser & Moore, 2011). As normas de género hegemónicas, determinam que as mulheres que usam drogas sejam percebidas como ainda mais problemáticas, devido às expectativas sociais e papéis de género impostos às mulheres: atributos de feminilidade, cuidado, discrição (Fraser & Moore, 2011). Para além de que, os padrões duplos de género significam que, embora os consumidores de drogas masculinos ainda possam ser vistos como aderindo à masculinidade, dado o prémio colocado na rebelião, resistência e assumir riscos, os mesmos impulsos nas mulheres são contrariamente interpretados como egoístas e hedonistas (Henderson, 1999). Consequentemente, o envolvimento das mulheres no uso de drogas acarreta uma diminuição das oportunidades económicas e um estatuto político mais baixo (Malinowska-Sempruch et al., 2015).

2.2. Fatores facilitadores e obstáculos à participação cívica e política das mulheres ao longo dos anos

Os primeiros estudos democráticos liberais destacam diferenças de género, como o menor interesse da mulher em política, menos conhecimento político, menos votos e posições mais conservadoras (Almond & Verba, 1963; Campbell et al., 1964). Estas ideias foram contestadas por feministas, argumentando que estes níveis mais baixos de literacia e interesse político e participação entre mulheres em comparação com os homens

eram resultado de uma cultura patriarcal, práticas institucionais assimétricas em função do género, o peso do trabalho reprodutivo e instituições segregadas por sexo (Lorber, 2001).

Nas décadas de 1970 e 1980, evidências empíricas mostraram que, à medida que acediam a empregos remunerados, as mulheres desenvolviam novos interesses políticos e participavam mais (Espinal, 2015). O emprego remunerado e a vida política ocorrem na esfera pública, e por esse motivo o trabalho promove e favorece um aumento da sua participação na esfera política (Chibber, 2002).

Assim, a participação das mulheres na vida política e social aumentou significativamente nas últimas décadas (Stolle, 2006). Em muitas sociedades ocidentais, as mulheres alcançaram os homens em relação aos níveis de educação e no mercado de trabalho (Norris, 2009). A educação e integração no mercado de trabalho têm efeitos positivos sobre a participação voluntária e interesse político (Verba et al., 1995). À medida que as mulheres entram no mercado de trabalho, elas tornam-se parte de redes e organizações, como sindicatos, onde são mais propensas a serem expostas à discussão política e advocacia, que por sua vez incentiva o interesse e o envolvimento na política (Iversen & Rosenbluth, 2008). Uma maior representação de mulheres no mercado de trabalho tem consequências políticas, dado que o aumento da densidade de mulheres trabalhadoras aumenta a probabilidade de obtermos organizações femininas (Ross, 2008).

Apesar de existirem cada vez mais mulheres integradas na esfera política e cívica, a sua participação ainda é questionada e desvalorizada, existindo uma certa dúvida em relação ao mérito das mulheres no contexto político (Santos, 2012). Estes discursos, têm um impacto significativo no acesso dos indivíduos aos seus direitos, principalmente na forma como se consideram membros de uma comunidade política (Sener, 2014).

Atualmente, é ainda possível identificar alguns fatores que podem servir como obstáculos ou facilitadores na participação das mulheres, como a família, a educação, o estatuto socioeconómico e os fatores histórico culturais.

A família é o primeiro agente de socialização em que crianças são expostas a valores e crenças sociopolíticas (Turan & Tiras, 2017), e obtém um papel crucial para o exercício da cidadania, capacidade de autonomia, liberdade de escolha, tomada de decisão, autoconfiança e participação (Romão, 2005). Os valores predispostos na família tendem a persistir (Romão, 2005). Os preconceitos por trás da representação de cada género e os valores que devem fundamentar a sua educação têm implicações sobre como

e em que medida os indivíduos participam (Romão, 2005). Os estereótipos associados aos papéis de mulheres e homens na esfera privada tendem a ser mais indicativos da posição que as mulheres devem ocupar na esfera pública do que a sua real capacidade de desempenhar um papel decisivo nessa esfera (Romão, 2005). Quando se observa a influência da família na participação política e cívica, pode-se dizer que a criança carrega a influência das atitudes e escolhas da família no futuro (Turan & Tiras, 2017). Esta influência é fortemente afetada pelo ambiente familiar, no estabelecimento de laços afetivos, uma relação securizante e de proximidade com a criança (Turan & Tiras, 2017). Contrariamente, a ausência de interesse político dos pais, um ambiente familiar instável, e uma situação socioeconómica desfavorecida, apresenta-se como um constrangimento à participação cívica e política (Turan & Tiras, 2017).

Para além da família, a escola é um outro agente de socialização importante na construção de identidade, integração social, e participação cívica e política, pois esta tem o papel de educar para a cidadania ao promover competências como o trabalho em equipa, pensamento crítico, autonomia, responsabilidade e solidariedade (Romão, 2015). Deste modo, pessoas com níveis superiores de escolaridade são mais ativas política e civicamente, do que pessoas com níveis inferiores (Lopes, 2009).

A literatura também indica que, pessoas com circunstâncias socioeconómicas mais desfavorecidas se encontram mais desintegradas da sociedade, e participam menos (Dalton, 2015; Verba et al., 1995). Isto acontece porque o estatuto socioeconómico determina o acesso a recursos, como a educação, e também afeta a socialização política e, portanto, as atitudes cívicas e as pressões normativas (Flanagan & Levine, 2010). Estes fatores são de natureza cumulativa, a oportunidade de se envolverem civicamente afeta a capacidade e a motivação para se tornar civicamente ativos (Verba et al., 1995). Contrariamente, níveis superiores de educação e estatuto socioeconómico estão positivamente associadas a diferentes formas de participação, como participação eleitoral, voluntariado e trabalho comunitário, e formas não institucionalizadas de participação política, como assinaturas de petições e manifestações (Dalton, 2015). Educação e estatuto socioeconómico também estão positivamente associadas com conhecimento cívico, valores e atitudes em relação a questões cívicas e políticas (Dalton, 2015)

Para além destes fatores, a participação das mulheres também pode ser determinada por fatores históricos e culturais, que poderão ser influenciados pelas ideias tradicionais da divisão dos papéis femininos e masculinos, ao colocar muitas vezes as

mulheres numa esfera privada (familiar e doméstica), e desvalorizando a sua capacidade de participar (Romão, 2005). Podendo estes ainda ser influenciados por uma variedade de contextos socializados que influenciam a sua vontade e capacidade de participação (Romão, 2005).

2.3 O âmbito conceptual da participação cívica e política

A participação cívica pode ser definida como uma atividade voluntária que tem como foco ajudar indivíduos, encontrar soluções para problemas comunitários ou alcançar um bem público (Zukin et al., 2006). Para promover mudanças, pode ser realizada de forma independente ou em colaboração com outras pessoas (Zukin et al., 2006), envolvendo o contato social, contribuindo com recursos para a sociedade, bem como recebendo recursos da sociedade (Rainer, 2014).

As definições de participação cívica são bastante amplas, e quando vistas em conjunto, sugerem a extensão e a variedade de atividades que o termo abrange, como o serviço comunitário, ação coletiva, e mudança social, e ajudam a iluminar os vários pontos de vista sobre o conceito (Adler & Goggin, 2005). Por exemplo, algumas definições de participação cívica enfatizam a participação no serviço comunitário, para a comunidade local, seja por um indivíduo agindo de forma independente ou como participante de um grupo; outras definições enfatizam a ação coletiva, definindo a participação cívica como o meio pelo qual um indivíduo, por meio da ação coletiva, influencia a sociedade civil mais ampla; e ainda a participação cívica como mudança social, descrevendo como um cidadão ativo participa na vida da comunidade para ajudar a moldar o seu futuro (Adler & Goggin, 2005). Neste estudo interessam-nos as duas dimensões da participação cívica. Especificamente, os recursos que as mulheres que consomem drogas mobilizam para garantir a sua ação na vida cívica bem como os processos de auto-organização e criação de coletivo para agilizar os processos de participação cívica da sua comunidade.

A definição do que é a participação política, sofreu algumas alterações ao longo dos anos, contudo, a definição clássica de Verba et al. (1995) assenta na oportunidade dada aos cidadãos e às cidadãs, numa democracia, de comunicar informações aos/às funcionários/as do governo sobre as suas preocupações e preferências, e pressioná-los/as a responder. Pattie et al. (2004), alargam este conceito, definindo-o como um

comportamento ativo, que pode ser individual ou comunitário, e que não se limita apenas a atividade legal ou convencional, enfatizando a ideia de que a participação política deve ser um comportamento voluntário e não pode ser algo forçado ou legalmente exigido. Esta participação pode dar-se tanto indiretamente, influenciando a seleção das pessoas que fazem essa política, como diretamente, de forma a afetar a formulação ou implementação de políticas públicas (Zani & Barrett, 2012). Neste contexto, a participação política pode assumir configurações diferentes: pode aderir a normas convencionais, como a participação nos sistemas eleitorais, ou pode assumir práticas não convencionais, como a participação em manifestações, assinar petições, filiações a organizações de campanha política (Reichert & Print, 2018).

Estas duas formas de participação, integram a definição mais ampla de cidadania, proposta pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género define como “*Conceito que aborda questões relacionadas com direitos e deveres, bem como com as ideias de igualdade, diversidade e justiça social. O conceito de cidadania refere-se não só ao ato de votar, mas também a um combinado de ações executadas por cada pessoa, que têm impacto na vida da comunidade, indissociáveis do espaço público onde as pessoas podem agir em conjunto*” (CIG, 2021).

2.4. A participação cívica e Política de mulheres que usam drogas

Apesar de a literatura sobre a relação entre os usos de drogas e a participação cívica e política de mulheres ser escassa, sabe-se que, nos últimos anos, mulheres que consomem drogas têm vindo a organizar-se em coletivos para lutar pelos seus direitos. São exemplos destes coletivos, o International Network of Women Who Use Drugs (INWUD), e a nível nacional, o MANAS e CASO.

A International Network of Women Who Use Drugs, é uma rede empreendedora, criativa, forte e resiliente, que luta contra a proibição das drogas com solidariedade, apoio mútuo e liderança, construindo desde estratégias de ação imediata às estratégias de longo prazo para acabar com a guerra contra as mulheres que usam drogas (IDPC, 2015). Esta rede tem por base o feminismo interseccional e antiproibicionista que integra abordagens queer e trans-inclusivas, a justiça racial e o direito de usar drogas e experimentar prazer (IDPC, 2015). Atuam para recuperar a independência corporal, incluindo direitos a toda

a gama de saúde sexual e reprodutiva, serviços de saúde sensíveis ao gênero e direitos ao uso de drogas (IDPC, 2015).

A CASO (Consumidores Associados Vivem Organizados), é uma organização que defende melhores políticas públicas para gerir o "*fenómeno da droga*", tendo por base, os direitos humanos, evidências do saber científico, o acesso equitativo à boa saúde e bem-estar e o envolvimento e participação das pessoas afetadas, dos seus familiares e amigos, na definição das políticas públicas que afetam as suas vidas. A CASO organizou campanhas de ações de empoderamento contra a violência sobre mulheres que usam droga (EVAWUD, 2020). Esta campanha foi iniciada com uma discussão acerca da violência contra a mulher, que marcou a preparação de uma campanha pública. Foram também impressas t-shirts com os slogans da campanha "*Acabar com a violência contra as mulheres que usam drogas*" e "*Mulheres que lutam contra a guerra aos consumidores de drogas*" (EVAWUD, 2020).

O MANAS é um coletivo de mulheres e pessoas não binárias que usam droga. Este grupo é constituído na sua maioria por mulheres trabalhadoras do sexo, em situação de sem abrigo, mas também inclui migrantes, com trabalhos precários e dificuldades de acesso a cuidados de saúde, particularmente no âmbito sexual e reprodutivo (EVAWUD, 2020). Este coletivo proporciona reuniões semanais num espaço de tolerância e diversidade, como forma de educação não formal. Este projeto procura também a autoexpressão e partilha de experiências e resistência através da arte. Este coletivo organizou três oficinas de escrita criativa para a produção de um *fanzine* coletivo feminista. Realizaram também uma campanha de empoderamento no Porto, onde se aliaram à CASO para um workshop sobre opressão, violência institucional, prazer e trabalho sexual. Participaram ainda, numa assembleia de pares na sede da CASO no Porto, onde foram decididas as suas prioridades: espaços autogeridos mais seguros para mulheres e pessoas não-binárias que usam drogas, o direito à moradia/ocupação, acabar com a violência policial e focar na interseccionalidade e nos direitos humanos (EVAWUD, 2020).

Habitualmente, a participação cívica e política de mulheres é discutida no plano do privilégio, ou seja, esta discussão é gerada através de mulheres que já estão em lugares de liderança, de uma classe média alta, com acesso à esfera pública e inseridas socialmente. Desta forma, devido à alta marginalização das mulheres que consomem substâncias, e à falta de estudos sobre a participação cívica e política das mulheres que

consomem drogas, neste estudo pretende-se a) explorar os facilitadores e obstáculos à participação cívica e política de mulheres que consomem substâncias psicoativas, b) identificar formas de participação cívica e política de mulheres consumidoras de substâncias psicoativas e c) compreender como é que as mulheres consumidoras de substâncias psicoativas se auto organizam.

3. Método

Este estudo pretende compreender os facilitadores e obstáculos à participação cívica e política de mulheres consumidoras de substâncias psicoativas. Para tal, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

1. Explorar os facilitadores e obstáculos à participação cívica e política de mulheres que consomem substâncias psicoativas;
2. Identificar formas de participação cívica e política de mulheres consumidoras de substâncias psicoativas;
3. Compreender como é que as mulheres consumidoras de substâncias psicoativas se auto organizam.

Para responder aos objetivos delineados, optou-se por uma metodologia de cariz qualitativo e exploratório, pois desta forma é possível compreender os significados e a forma como as pessoas entendem o seu mundo, interpretam e vivenciam diferentes eventos, encorajando as participantes a apropriarem-se da sua narrativa e assumir a liderança (Hignett & McDermott, 2015).

3.1. Participantes

Para dar resposta aos objetivos definidos, foram selecionadas 10 mulheres consumidoras de drogas.

Os critérios de inclusão da amostra remetem para participantes que a) se identifiquem como mulheres; b) sejam consumidoras de drogas e c) sejam maiores de 18 anos.

As mulheres foram selecionadas e recrutada através do apoio de 3 organizações:²

² Links das 3 organizações:

- CASO (Consumidores Associados Sobrevivem Organizados), uma rede de pessoas que consomem drogas, onde têm a oportunidade de ter uma voz ativa e aumentar a sua literacia sobre os seus direitos sociais e de saúde;
- Projeto Autoestima, um serviço que foi desenhado para prestar cuidados a trabalhadoras do sexo, como a disponibilização gratuita de medicamentos, contraceptivos e aplicação de vacinas, alimentação e testes HIV;
- Porto Solidário, um projeto que tem como foco apoiar pessoas e famílias que se encontrem em situação de vulnerabilidade social e económica, através da distribuição de alimentos.

As faixas etárias das participantes variam entre os 28 e os 62 anos. A maioria (n=7), obtém o ensino básico, duas obtêm o ensino secundário, e uma o ensino superior. A maioria das participantes encontra-se em situação de sem-abrigo (n=8) e recorrem maioritariamente (n=6) ao trabalho sexual e mendicidade, como formas de sustento (anexo 1).

3.2. Instrumentos

O instrumento de recolha de dados foi um guião de entrevista semi-estruturado, adaptado de um guião desenvolvido por Dan McAdamns (1985), do Projeto Participo. Devido à complexidade das questões do guião do projeto, este foi simplificado tornando-o mais compreensível e ajustado às características das mulheres em estudo. Deste modo, o guião inicia com a caracterização sociodemográfica, seguindo-se a análise de três etapas da vida: a infância, a adolescência e a vida adulta. Para cada uma destas três etapas são explorados temas como: contexto familiar em que cresceram, investigando as dinâmicas familiares, a existência ou não de participação cívica e política de familiares; redes de suporte; formas de participação cívica e política ao longo da vida; início e agravamento dos consumos de droga; como é que se foram organizando e integrando na sociedade; formas de discriminação por serem consumidoras de drogas e de que forma é que já sentiram que tiveram de lutar pelos seus direitos, e o que mudariam na sua vida para se encontrarem mais integradas socialmente.

CASO: <https://sabercompreender.org/parceiros/caso/>

Projeto Autoestima: <https://www.arsnorte.min-saude.pt/promocao-da-saude/autoestima/>

Porto solidário: <https://portosolidario.pt>

O formato da entrevista semi-estruturada, possibilitou à entrevistadora gerir a ordem e a formulação das perguntas de uma forma mais flexível e espontânea (Flick, 2017).

3.3. Procedimento de recolha de dados

Os dados foram recolhidos por dois membros da equipa de investigação. Para a realização das entrevistas, as investigadoras do projeto deslocaram-se a locais distintos, em horários noturnos ou de fim de tarde, para os contextos onde se encontravam as entrevistadas, nomeadamente, ao bairro do Aleixo, Pasteleira, Hospital Joaquim Urbano, zona industrial e outras zonas por onde estas mulheres se movem. As entrevistas foram realizadas individualmente e, com o consentimento das participantes, foram gravadas. Procedeu-se à realização de um total de 10 entrevistas, com uma duração média de 15 minutos.

3.4. Procedimento de análise de dados

Após a realização das entrevistas, estas foram transcritas na íntegra. Num primeiro momento, foi efetuada uma leitura flutuante de todas as entrevistas, de forma a que nos pudessemos apropriar da informação e analisar as histórias de vida das participantes ao longo da sua infância, adolescência, e vida adulta, de modo a explorar os facilitadores e obstáculos à participação cívica e política de mulheres que consomem substâncias psicoativas, bem como identificar formas de participação cívica e política de mulheres consumidoras de substâncias psicoativas e compreender como é que as mulheres consumidoras de substâncias psicoativas se auto organizam.

Após a leitura flutuante das entrevistas e apropriação dos significados atribuídos pelas participantes às suas experiências, foram criados códigos a partir das narrativas. Este processo de análise de dados foi desenvolvido de forma progressiva e indutiva. Deste modo, iniciou-se a codificação axial (identificando as categorias centrais), e posteriormente, através do método de comparação constante, realizou-se a codificação seletiva, originando por fim, um sistema de categorias. Para a análise de dados foi utilizado o *software* Nvivo 11.

4. Apresentação e discussão dos resultados

Nesta secção do trabalho, irão ser apresentados e discutidos os resultados considerando os objetivos de estudo delineados, com suporte a evidência empírica. Para tal, serão utilizados os dados resultantes num sistema geral de categorias (anexo 2).

Foram criadas três categorias centrais, nomeadamente, infância, adolescência e vida adulta. A partir destas categorias, geraram-se subcategorias, indutivamente. No decorrer do texto, as categorias centrais, correspondentes às categorias de primeira e de segunda geração encontram-se a **negrito**, as categorias de terceira geração apresentam-se a texto sublinhado, e as de quarta geração apresentam-se a *itálico*. As categorias serão ilustradas com excertos das entrevistas realizadas às participantes.

Para que seja perceptível quantas participantes e quantas referências estão representadas em cada categoria, os respetivos números apresentam-se entre parênteses. Por exemplo, se uma categoria inclui 6 referências de 3 participantes, indicamos (3; 6).

1. Infância

A categoria denominada de “*infância*” inclui as vivências descritas pelas participantes ao longo desta fase de vida, e demonstram como estas influenciaram o seu crescimento e integração social, e como podem ter servido como um facilitador ou obstáculo à sua participação cívica e política.

A maioria das participantes (n=7), descreve uma infância vivida com algumas dificuldades. O **1.1. contexto familiar** é marcado pela ausência dos pais (5;11) sentida através da falta de gestos carinhosos e de atenção, abandono, e pouco tempo despendido na relação entre as figuras parentais e os/as filhos/as. Devido à ausência parental, algumas participantes (n=3) reportam sentir que “*não tiveram infância*”, uma vez que não tinham um suporte familiar estável e tiveram, em idades muito precoces, de se tornar o seu próprio suporte e o da sua família.

“Desde muito cedo comecei a tornar-me mulher, não é? Por exemplo, eu deixei a escola aos 10 anos, aos 11, 12 anos (...), comecei a trabalhar e pronto a minha infância... não tive assim uma infância muito de brincadeiras, como os outros meninos tinham, foi mais tipo já de adulta, tinha de chegar a casa, tinha que fazer as coisas de casa, tinha de tomar conta da minha mãe porque ela era alcoólica e não fazia nada “né”, e pronto assim tornei-me mulher muito rápido” (participante nº3).

Um estudo de Andolina et al., (2003) demonstra que, quando os pais não estão tão presentes nas vidas das crianças e quando não participam civicamente, isso pode ter um impacto direto nas suas famílias, nomeadamente nas futuras atividades cívicas dos/as seus/suas filhos/as, tornando-os/as menos ativos/as.

Para além da ausência das figuras parentais, três participantes referem terem sido vítimas de violência familiar (3;6). A violência perpetrada pelos familiares, assumiu várias formas ao longo da infância das participantes, desde terem assistido a violência física e verbal no seu seio familiar, a terem sido vítimas diretas de negligência parental, violência física e abuso sexual. A participante nº2 refere:

“com 7 anos fui violada, do meu primo com 21... e desde esse dia nunca mais tive vida, fui traumatizada (...) não me recordo bem das coisas da minha mãe, não tenho recordações muito boas da minha mãe, porque o meu pai lhe batia muito (...) o meu pai (...) partiu-me o nariz... Eu tenho meu nariz partido ... Porque eu defendi a minha mãe... com cinco anos”.

Ainda em relação ao **contexto familiar**, 3 participantes mencionam pertencerem a famílias com uma situação económica muito precária (3;3). Decorrente da ausência dos pais e pelas dificuldades económicas familiares, 3 participantes referem ter sido institucionalizadas quando eram crianças.

“Sim, mais tarde fui parar a uma instituição (...)E pronto como éramos 15 dentro de casa, era só o meu pai que trabalhava, não tinha muito dinheirinho para sustentar aquela gente toda e pronto o meu pai conversou com outra irmã mais velha que a gente tinha e fui eu para o orfanato, eu e mais outras 3 irmãs, mais 2 irmãos, fomos para o orfanato até aos 17 anos.” (participante nº3).

De acordo com as Nações Unidas (1995), crescer numa família pobre inibe e obstaculiza a participação na sociedade, reproduzindo e agravando a desigualdade social a longo prazo, resultando na exclusão, afastamento, perda ou retirada da vida social e cívica por falta de recursos económicos.

O ambiente instável e pouco seguro da maioria das participantes ao longo da infância, parece também ter influenciado o **abandono escolar** (3;7) quando ainda eram crianças. Apesar de apenas três participantes referirem terem desistido da escola, a maioria das participantes (n= 7) tem apenas o ensino básico.

“Quando vim para o bairro é que deixei a escola deixei tudo(...) moramos numa casa já velhota, morávamos sete pessoas numa casa que só tinha um quarto e fomos para uma casa da Câmara” (participante nº4).

A escola é um espaço de formação de crianças e jovens cidadãos e cidadãs, aumentando a sua literacia sobre os seus direitos cívicos e sociais, competências e capacidades para se integrarem numa sociedade com oportunidades iguais (Sarmiento et al., 2007). Uma vez que a maioria das participantes não teve acesso a um direito básico, que é a educação, a sua capacidade de integração e participação na sociedade já se encontrava desde cedo limitada.

Por outro lado, 4 participantes referem terem vivido num contexto familiar seguro (4;5). A segurança e bem-estar sentidos durante a infância, terá sido influenciado por relações familiares saudáveis, ambiente familiar estruturado e famílias com uma situação económica mais favorável e mais participativas política e civicamente.

A participante nº5 refere que a sua infância, *"foi maravilhosa. Vivia com os meus pais, com o meu irmão... nunca me bateram na vida, nunca me puseram as mãos, nunca tive danos psicológicos e físicos graças a deus... tive uma infância a adolescência 100%... qualquer criança gostava de ter e fui feliz (...) a minha mãe fazia voluntariado na cruz vermelha... o meu irmão é arquiteto e o meu pai é contabilista (...) eu adoro ver debates políticos... e quando dava na televisão, gostávamos de ver todos juntos, fazíamos comentários e tudo”*.

Muitas das aprendizagens importantes para a participação são feitas em casa. Andolina et al., (2003) demonstra que crianças e jovens que crescem num contexto familiar securizante que envolve discussões políticas regulares são mais propensos a se envolverem política e civicamente, pois ao falar de política, as famílias ensinam aos filhos que é importante prestar atenção ao mundo ao seu redor. Um estudo de Verba et al., (1995) também demonstra que aqueles/as que estão inseridos em famílias com maior possibilidades económicas, e com maiores níveis de educação, são mais propensos a serem política e civicamente ativos.

Ao considerarmos a participação e inserção das crianças na sociedade, como um processo de interação social convergente na criação de espaços coletivos, devemos ter em conta que as suas competências de participação podem ser limitadas ou estimuladas através das relações pessoais que estabelecem com as pessoas à sua volta, como a família,

e pelas estruturas socioeconômicas e culturais, como os serviços educativos (Sarmiento et al., 2007). De um modo geral, com a análise do que foi mencionado ao longo da infância, percebe-se que um contexto familiar e estatuto socioeconômico em que as mulheres cresceram, teve influência no seu desenvolvimento e cidadania.

As mulheres que referem ter desistido da escola muito novas, e que sentiram que não tiveram espaço para ser crianças, tendo responsabilidades desproporcionais à sua faixa etária, estavam inseridas em famílias negligentes e com baixo estatuto socioeconômico. Desde muito novas, a maioria das mulheres não tinham uma rede de suporte que assegurasse a sua integração na sociedade e o exercício pleno da cidadania, pois a violência e pobreza a que estiveram expostas limitou a possibilidade de serem crianças e frequentarem o ensino formal, impossibilitando-as de adquirir literacia política.

2. Adolescência

Nesta categoria, irão ser apresentados acontecimentos marcantes durante a adolescência, que poderão ter servido como facilitadores ou obstáculos à participação cívica e política das mulheres consumidoras de droga.

A maior parte das participantes, tal como na infância, tiveram uma adolescência com muitas responsabilidades, e pouco espaço para serem adolescentes. Decorrente da desorganização familiar e experiências de adversidade na infância, 4 participantes **saíram de casa** ainda na menoridade (4;6):

“Com a minha avó eu morei até aos 12 anos ... E depois a minha mãe e o meu pai nunca tinham tempo, e eu com 15 anos fui para fora de casa fui para cozinheira e tinha um quarto para mim, vivia sozinha com 15 anos...” (participante nº1).

A **gravidez na adolescência** (3;3), referida por três das participantes, surge também como um fator determinante na história de vida e no processo de desenvolvimento juvenil destas mulheres.

“Olha, até aos 16 anos morei com os meus pais e já tinha a minha filha mais velha, fui mãe aos 15 anos (...) Não tive infância no fundo...a minha boneca era minha filha(...) Comecei a trabalhar com 16 anos, por isso essa fase também passou rápido” (participante nº8).

Segundo a literatura, fatores como, dificuldades escolares, conflitos familiares, ausência parental, violência psicológica, física e sexual e consumos problemáticos de

substâncias psicoativas, são fatores precursores da gravidez na adolescência (Pariz et al., 2012). Conseqüentemente, mães que engravidam na adolescência têm menor probabilidade de concluir a sua educação formal, inibindo as suas possibilidades de mobilidade social, agravando a sua precarização econômica, integração e vulnerabilidade social a longo prazo (Raneri et al., 2007).

Apenas 3 participantes deram **continuação aos estudos** (3;3) e concluíram o ensino secundário. Para estas, as suas vivências durante este período escolar, foram maioritariamente positivas e geradoras de desenvolvimento pessoal e integração social:

“A minha adolescência, foi uma adolescência alegre, quer dizer (...) Tinha amigos, amizades foi uma frase bonita da minha vida... Especialmente quando entrei no [nome da escola] com 12 anos, que foi desde o meu sétimo ano até ao 12º ano, foi uma coisa muito bonita... Relacionei-me muito bem com as pessoas, nunca tive problemas em relacionar-me com as pessoas, deixou-me bastante saudades daquilo” (participante nº10).

A literatura indica que pessoas com níveis superiores de escolaridade são mais prováveis de participarem cívica e politicamente, porque a sua escolaridade proporciona a capacidade aos cidadãos e cidadãs de se autogovernar, ensino-lhes os comportamentos e conhecimentos necessários para identificar preferências políticas, compreender a política, perseguir interesses políticos, bem como de se engajarem civicamente (Sunshine, 2005).

A maioria das participantes (n=6), iniciou os seus consumos de drogas na adolescência. **O início dos consumos de drogas** (6;6) foram influenciados por 3 fatores, ausência parental e carência afetivas (n=1) - *“talvez meti-me nas drogas muito cedo através de não ter aquele carinho em casa, aquele conforto de pai e da mãe né”* (participante nº3); morte de familiares (n=1) - *“comecei com 12 anos, quando a minha avó morreu”* (participante nº1) e por consumos de companheiros (n=2) - *“Tinha um namorado que se drogava e eu queria experimentar”* (participante nº7). Segundo a literatura, o início dos consumos de substâncias é fortemente influenciado pelos contextos sociais e ambientais em que a pessoa se insere (Windle, 2000). A curiosidade experimental, a influência de pares, e práticas parentais negativas (por exemplo, falta de supervisão, falta de atenção e afeto, inconsistência nos comportamentos parentais),

surgem como fatores determinantes no início dos consumos na adolescência (Windle, 2000). Acontecimentos traumáticos na adolescência, como a perda de familiares, podem também desencadear comportamentos de risco, como o uso de substâncias psicoativas, como uma resposta de coping desadaptativa ao processo de luto (Robinson, 2005).

Durante a adolescência, apenas 4 participantes foram ativas política e civicamente. Estas 4 participantes são as mais velhas do grupo de mulheres, e viveram os processos de luta política e mobilização ativista dos anos 70 e 80. Foram assim identificadas nas entrevistas, 3 formas de **participação cívica e política**. Duas participantes referem terem participado em manifestações (2;3) como forma de protestarem contra o que consideravam de errado na sociedade, lutando para uma sociedade mais justa e igualitária: “fazíamos *marchas... para avivar as mentes das pessoas... para abrir as mentes das pessoas, para ver o que está bem o que está mal ...*” (participante nº 5).

A participante nº1 refere ter participado em movimentos políticos (1;2) durante a sua juventude, demonstrando ter tido uma voz ativa na sociedade, nesta fase etária: “*Eu andei como antifascista... andei algum tempo no bloco, levava muita porrada*”.

Como forma de participação cívica durante a adolescência, 2 participantes referem terem estado integradas em grupos de jovens (2;4) onde tinham a oportunidade de expandir o seu conhecimento e integrarem-se socialmente.

“*Fixe fixe, eu gostei muito... tínhamos também o meu grupo de punk, punk rock... Cantar, e fazer música... Estava fixe (...)* Sim... *Encontrávamos na universidade, coisas assim... Tínhamos espaços para nos encontrar, líamos muitos livros... Informação, muito informação, coisas assim...era fixe ...*” (participante nº1).

De uma forma geral, durante a adolescência compreende-se que, decorrente do ambiente familiar instável e inseguro, experienciado na infância, algumas participantes acabaram por sair de casa, tornaram-se mães cedo e iniciaram os seus consumos de substâncias psicoativas. Grande parte das participantes que estavam inseridas num contexto familiar inseguro e em desvantagem socioeconómica não terminou os estudos (n=5), e a maioria das participantes que não deram continuação aos estudos, não realizaram nenhum tipo de participação cívica e política (n=6). Por outro lado, as 4 participantes que referem ter participado cívica e politicamente, durante a adolescência foram as participantes nº1, nº5, nº9 e nº10. As participantes nº5, 9 e 10, pertenciam a

famílias de classe socioeconómica mais favorecida e um ambiente familiar mais estruturante e securizante, em comparação com as outras participantes, e as participantes nº1, 9 e 10 continuaram os estudos e terminaram o ensino secundário. É assim possível afirmar que, níveis mais elevados de escolaridade e o nível socioeconómico/ ambiente familiar mais estruturante teve uma influência positiva na participação cívica e política destas mulheres, e contrariamente, a pobreza, contexto familiar instável, e desistência escolar, teve uma influência negativa na integração social e participação cívica e política das participantes ao longo da sua adolescência.

3. Vida adulta

No seguimento das categorias anteriores, esta explora as formas de participação cívica e política na vida adulta destas mulheres e a forma como o consumo de substâncias psicoativas e outras vivências facilitaram ou inibiram essa participação.

Na análise do decurso da sua vida adulta, foi possível identificar 5 formas de participação cívica e política, nomeadamente, o *voto* (10;18), utilização de *redes sociais* (9;12), *integração numa associação* (3; 9), a *filiação a partidos políticos* (1;2) e *membro da direção de clubes universitários* (1;1).

Atualmente, a maioria das participantes não exerce o seu direito de *voto* (n=9), porém, 7 referem já ter votado em algum momento da sua vida. Em alguns casos, existe a impossibilidade de voto por se encontrarem em situação irregular, como se pode ver nesta partilha da participante nº5: “*pois, costume votar, mas já não me lembro de votar há muito ... roubaram-me a mochila e foi tudo...foi cartão, foi carta de condução, documentos, tudo*”.

Algumas participantes (n=6) referem utilizar *redes sociais*, como meio de comunicação entre amigos e família: “*Sim, para falar com as minhas primas na Madeira... as minhas amigas da escola, desde a primária até ao oitavo, as minhas amigas de infância pronto... agora não tenho telemóvel...roubaram-mo...*” (participante nº7).

Também aqui se percebe que as redes sociais, importantes contextos públicos para a participação cívica e política na contemporaneidade, são utilizadas como plataformas facilitadoras do contacto destas mulheres com as suas redes de contacto informais e para a manutenção de laços. Muitas destas mulheres não têm telemóvel, ou estão

constantemente a alterar o número pela impossibilidade de pagar e manter um tarifário ativo.

A participante nº 9 refere ter sido membro da direção de um clube de desporto, enquanto frequentava a universidade, e de partidos políticos, no início da sua vida adulta: *“Quando estudava na Universidade em Évora fiz parte da direção do desporto, aqui em Portugal também fiz parte de... dos GDUP, já não é do seu tempo, era um grupo de unidade popular... Era de vários partidos, não era de um partido só”*.

Relativamente aos **consumos de drogas** das participantes, 4 referem ter iniciado os seus consumos (4;6) durante a sua vida adulta e 2 mencionam terem iniciado por influência de companheiros - *“Tinha para aí uns 37 anos... Quando as pessoas começam a deixar foi quando eu comecei a consumir... Com o meu companheiro, por causa dele...”*.

A maioria das participantes refere que houve agravamento dos consumos (6;10) durante a vida adulta, e este agravamento está maioritariamente relacionado com o afastamento dos/as filhos/as (n=5). A literatura indica que as mulheres que consomem drogas têm maior probabilidade de se envolverem com parceiros que consomem, e devido às dinâmicas de poder nas relações de intimidade, os seus companheiros podem influenciar a iniciação, continuação ou aumentar o risco de recaída. Para além da influência dos companheiros, as relações com os/as filhos/as também são preditores importantes para o aumento ou diminuição dos consumos (Bloom et al., 2003; Grella., 2015).

O padrão de **consumo de drogas** das participantes também contribuiu ou agravou o seu baixo estatuto socioeconómico (10;14). A maioria das participantes encontra-se em situação de sem abrigo (n=8), e recorrem à mendicidade (n=4) e ao trabalho sexual (n=4) como forma de sustento

“Peço. Peço na rua (...) eles [segurança social] não me quiseram ajudar, tiveram um mês para me arranjar um quarto... E abandonaram-me na rua, cortaram-me o apoio ... e eu recai na droga” (participante nº2).

A participante nº3 é a única que está empregada e demonstra como o trabalho organiza a sua vida, e os seus consumos:

“Às vezes não tenho, não fumo, porque agora estou a trabalhar também tenho de equilibrar as coisas, tenho contas para pagar... Hoje consumo, mas tenho regras (...)

“Por exemplo, quando eu não estava a trabalhar, eu consumia de manhã à noite... agora com o trabalho não, fumo só à noite quando vou para casa”.

Segundo a literatura, a pobreza traz consequências sociais negativas. Pela dificuldade em se integrarem no mercado formal de trabalho, muitas mulheres que utilizam drogas dedicam-se a atividades de trabalho sexual para sustentar os seus consumos (Rhodes et al., 2002). Cerca de 20% a 50% das mulheres que consomem drogas injetáveis estão envolvidas em trabalho sexual na Europa, e encontram-se numa situação de bastante vulnerabilidade socioeconómica (Rhodes et al., 2002). As pessoas inseridas num contexto socioeconómico desfavorecido não têm as mesmas oportunidades de participarem cívica e politicamente que as pessoas com maior privilégio socioeconómico, e por esse motivo, a longo do prazo, são excluídos ou retiram-se da vida social e cívica (UN, 1995). A pobreza gera desta forma a exclusão social. A incapacidade de viver uma vida social “comum” pode, nesta perspetiva, corroer as redes sociais, as relações sociais e a participação social, potencialmente desencadeando uma espiral de desigualdade (Mood, 2016).

Devido aos **consumos de drogas**, a maioria das participantes (n= 8) refere ter sido discriminada em algum momento da sua vida adulta, e considera que a discriminação por serem consumidoras, dificultou a sua inserção e participação na sociedade, por serem constantemente excluídas e marginalizadas.

“E muitas vezes conotar-nos a nós como mal-educados só porque emitimos uma opinião ...Porque uma pessoa que está numa situação destas nem deve, está a perceber? É que as pessoas se sentem no direito de nos calcarem... somos discriminadas sem dúvida que somos...” (participante nº10).

A discriminação sentida pelas mulheres consumidas de drogas abrange várias formas e contextos. As participantes referem terem sido discriminadas pelo seu *aspecto físico* (3;5):

“O meu amigo não tem tanto aspeto de drogado, e para ele é muito mais fácil, se eu aparecer assim drogada ninguém dá nada...vou ao supermercado e tenho sempre o segurança atrás de mim” (participante nº1);

pelos *serviços de saúde* (2;2):

” fui ao hospital porque me senti mal, foram a ver o currículo e “ai esta senhora é de associações, é toxicodepente” e fui discriminada também (...) Metem-me logo para o canto, vão atender outras pessoas” (participante nº3);

no mercado de trabalho (1;2):

“não sei por que razão, mas comecei a emagrecer.... Eles souberam que eu também consumia (...) pensaram que eu me injetava e que tinha apanhado SIDA (...) Como eu trabalhava com o público, eles pensavam que eu estava a contaminar o público com SIDA... (...) Quando eu me apercebo disto já foi bastante tarde, já tinha bastantes atestados médicos que eles tinham feito porque julgaram que eu tinha SIDA... Se eu soubesse disso, tinha eu apresentado um atestado porque eu não tenho SIDA” (participante nº9);

e pelo *sistema de justiça* (2;4), duas participantes referem ter sofrido discriminação pelos tribunais e pela segurança social por serem mães consumidoras, o que resultou na perda da guarda dos seus filhos, que por consequência levou ao agravamento dos consumos de drogas:

“tive que ir pedir ajuda à segurança social. A segurança social viu uma mãe solteira com 4 filhos, e obrigatoriamente tiraram-me (...) quando perdi os meus filhos. eu lutei tanto, tanto por eles. Queria ser ouvida pelo juiz, queria saber dos meus direitos (...) não fui assim muito ouvida, fui um bocado descriminalizada (...) Perdi-os e depois recorri às drogas pesadas” (participante nº3).

A literatura demonstra que mulheres que consomem drogas são constantemente estigmatizadas, e o estigma aumenta principalmente quando são mães, visto que os consumos são considerados incompatíveis com os papéis associados à maternidade, resultando muitas das vezes, na perda da custódia dos/as filhos/as (Arpa, 2017). As mulheres que consomem drogas podem experienciar um atendimento nos serviços mais estigmatizante e negativo (UNODC, 2016) e também são mais propensas a sofrer violência. A literatura também revela que as experiências causadas pela discriminação acarretam consequências sociais negativas como a diminuição de oportunidades de emprego, residência, educação, relacionamentos e qualidade de vida (Birtel et al., 2017).

Mais uma vez, compreende-se que o nível de educação e estatuto socioeconómico influenciam a participação cívica e política das participantes. A participante nº8, ingressou na universidade, e pertencia a uma família com uma situação socioeconómica

mais favorecida, e demonstrou ser a mais ativa política e civicamente, no início da sua idade adulta.

No entanto, importa sublinhar que à semelhança do que tem vindo a acontecer noutros países, nos últimos anos têm surgido movimentos e coletivos de mulheres que consomem drogas. Estes coletivos discutem e tendem a desnormalizar os processos de vulnerabilização sociais aos quais estão expostas. Através do apoio mútuo e do aumento da sua literacia sobre os seus direitos cívicos e políticos estas mulheres são empoderadas e começam lentamente a reivindicar pelos seus direitos. Três das participantes neste estudo referem estar atualmente *integradas numa associação* (3;9) de pessoas que consomem drogas, a CASO (Consumidores Associados Sobrevivem Organizados), participando no grupo de apoio mútuo Musas (Mulheres Utilizadoras de drogas Sobrevivem Associadas). Este é um movimento co-criado e dinamizado no Porto por mulheres que consomem drogas, onde podem obter informação acerca dos seus direitos e deveres partilhar informação de redução de riscos, discutir e refletir em conjunto debater sobre problemáticas existentes e tentar criar soluções para as mesmas, e ainda para poderem conviver e pedir ajuda, sempre que necessitem.

“Eu gosto de lá estar. Todas nós passamos pela mesma coisa, e lutamos pelas mesmas coisas (...) Lutamos lá para que tenhamos os nossos direitos (...) Pela convivência, eu acho também... A gente quando está na droga não tem muitos amigos (...), então ali nas Musas tenho companhia e sinto-me bem” (participante nº4)

A participante nº3 é uma das participantes que está inserida no grupo MUSAS, refere utilizar redes sociais, e exerceu o direito ao voto recentemente, e por isso é a participante que atualmente mais se encontra ativa cívica e politicamente. É também a única participante que se encontra empregada e com habitação, e por isso, com uma situação socioeconómica ligeiramente mais favorável que as restantes participantes. Desta forma, a integração social da participante nº3, demonstra-se de forma positiva na sua participação cívica e política.

Finalmente, importa sublinhar que a discriminação, estigma, e marginalização que as mulheres que consomem drogas vivenciam diariamente, se afirmam como fortes entraves à sua participação na sociedade. Muitas destas mulheres passaram por experiências de adversidade infantil e de alguma forma reproduzem ciclos geracionais de pobreza e exclusão social. Atualmente, muitas não têm sequer acesso a direitos básicos, como habitação, educação, saúde, trabalho, segurança e proteção. A sua exclusão da

sociedade, torna-se desta forma, um grande obstáculo para exercerem o direito à cidadania, uma vez que este direito, é-lhes de certa forma, retirado. Neste contexto, não deixa de ser notável a forma como algumas se têm auto-organizado em coletivos e movimentos cívicos para se tornarem visíveis, terem voz e para advogarem pelos seus direitos.

5. Conclusões

Este estudo teve como objetivo geral compreender os facilitadores e obstáculos à participação cívica e política de mulheres consumidoras de substâncias psicoativas em contextos de vulnerabilização social. Para tal, procurou-se 1) explorar os fatores facilitadores e obstáculos à participação cívica e política destas mulheres; 2) identificar as suas formas de participação cívica e política e 3) compreender como é que estas mulheres se auto-organizam para advogar pelos seus direitos.

No que concerne aos facilitadores e obstáculos, fatores como o contexto familiar em que cresceram, o nível de escolaridade, o estatuto socioeconómico, a violência e a discriminação que enfrentam por serem mulheres consumidoras de droga, demonstraram-se fatores determinantes para a sua participação cívica e política.

Ao analisar as histórias de vida das mulheres desde a sua infância até ao início da idade adulta, observa-se que a maioria cresceu numa família disfuncional com uma situação socioeconómica desfavorecida, onde as necessidades básicas de ordem não só económica, mas também afetiva, como o afeto, a segurança, o descanso, não foram garantidas. Estes contextos marcados por negligência e pobreza, limitaram-lhes o acesso à educação formal e a obtenção de literacia política, pois não tinham nenhuma rede de suporte que lhes permitisse a integração na sociedade e o pleno exercício da cidadania. Por outro lado, as mulheres que cresceram com um contexto familiar mais estável e seguro emocionalmente e economicamente, com figuras parentais mais participativas, e com condições para aceder à escolaridade, demonstraram ser mais participativas quando comparadas às participantes que experienciaram condições de maior adversidade na sua infância.

Como formas de participação dessas mulheres, durante a adolescência e início da vida adulta, foram identificadas as seguintes: participação em manifestações, serem

membros de grupos de jovens, movimentos políticos, filiação a partidos políticos e o exercício do direito de voto.

Estes dados estão de acordo com a literatura, que demonstra que existe uma relação entre o contexto familiar, o estatuto socioeconómico, a escolaridade, e a participação cívica e política (Flanagan & Levine, 2010; Hauser, 2000; Dalton, 2015; Turan & Tiras, 2017).

As participantes que experienciaram situações de maior adversidade na infância reportaram situações de maior desintegração social, precarização económica, em alguns casos, de pobreza extrema e, conseqüentemente, com acesso limitado a recursos e oportunidades de educação e experiências de socialização política, afetando as suas atitudes cívicas e pressões normativas (Flanagan & Levine, 2010; Hauser, 2000). Por outro lado, a literatura também demonstra que os indivíduos inseridos em contextos familiares mais securizantes emocionalmente e economicamente, obtêm níveis mais elevados de educação formal e informal, e por isso de maior conhecimento cívico, adesão a valores e posicionamento em relação a questões cívicas e políticas (Dalton, 2015; Turan & Tiras, 2017).

A discriminação que as mulheres consumidoras de drogas enfrentam diariamente, demonstra-se outro fator obstaculizante à sua participação cívica e política. As situações às quais são sujeitas, como a violência institucional, a discriminação no espaço público, a perda de oportunidades de emprego e a falta de apoio pelos sistemas social e de justiça, desprotege-as, agrava os seus processos de exclusão social e inibe a sua participação cívica e política. Estes dados são consonantes com a literatura, ao revelarem que as experiências causadas pela discriminação acarretam conseqüências sociais negativas como a diminuição de oportunidades de emprego, residência, educação, relacionamentos e qualidade de vida (Birtel et al., 2017; UNODC, 2016). Demonstram também que os ciclos de pobreza e violência geracional, o estigma que ainda existe sobre as pessoas que consomem drogas e a desigualdade de género, estão na base das experiências de exclusão social e ausência de participação cívica e política das mulheres que consomem drogas em contextos de vulnerabilização social.

Atualmente, devido a todo este estigma que enfrentam, as únicas formas de participação cívica identificadas foram a utilização de redes sociais (n=6) e a integração numa associação (CASO) para pessoas consumidoras de drogas (n=3).

Esta integração na associação, assinala-se como uma forma destas mulheres se auto-organizarem. Pois neste espaço lutam para se tornarem visíveis, terem voz e para advogarem pelos seus direitos. Para além de que, permite ainda que estabeleçam vínculos sociais, e por isso, se sintam mais integradas socialmente. O trabalho também foi identificado por uma participante, como uma forma de organizar a sua vida, e também os seus consumos.

É também importante referir que este estudo se enquadra num projeto mais amplo, que integrou mais dois estudos, com uma amostra de mulheres selecionadas por serem identificadas pela sua comunidade como exemplos de participação (Ramirez, 2022; Santos 2022).

Apesar das diferenças no perfil sociocultural das participantes desses estudos se do presente estudo, foi possível encontrar alguma congruência nos resultados. Nota-se a influência positiva da educação formal e de crescer numa família funcional, com possibilidades socioeconómicas, que educasse para a cidadania e fosse ativa cívica e politicamente (Ramirez, 2022; Santos 2022).

Porém, contrariamente aos resultados do presente estudo, que demonstram que crescer numa família em situação de vulnerabilidade social, afeta negativamente a participação das mulheres que consomem drogas, no estudo de Ramirez (2022) concluiu-se que pertencer a um contexto socioeconómico mais desfavorecido pode potenciar a participação, pois dessa forma desenvolveram capacidade de empatia e solidariedade para com grupos mais desfavorecidos. Porém apenas uma participante esteve inserida num contexto socioeconómico vulnerável, o que limita esta análise sobre a influência positiva de um contexto vulnerável na participação.

Podemos identificar como limitações deste estudo, o facto algumas participantes estarem sob o efeito de substâncias psicoativas durante as entrevistas, dificultando a capacidade de desenvolvimento e compreensão dos temas abordados.

Em investigações futuras, seria interessante analisar os impactos negativos da falta de literacia política na luta pelos seus direitos, nomeadamente nos processos de perda da guarda e institucionalização dos/as filhos/as, bem como aprofundar os impactos positivos e potencialmente terapêuticos associados à participação em coletivos de pessoas que consomem drogas.

Referências Bibliográficas

Adler, R. P., & Goggin, J. (2005). What do we mean by “civic engagement?”. *Journal of transformative education*, 3(3), 236-253. <https://doi.org/10.1177/1541344605276792>

Almond, G. A., & Verba, S. (2015). *The civic culture: Political attitudes and democracy in five nations*. Princeton university press.

Andolina, M., Jenkins, K., Zukin, C., & Keeter, S. (2003). Habits from home, lessons from school: Influences on youth civic engagement. *PS: Political Science and Politics*, 36, 275–280. <https://doi.org/10.1017/S104909650300221X>

Arpa, S. (2017). Women who use drugs: Issues, needs, responses, challenges and implications for policy and practice. *Background paper commissioned by the European Monitoring Centre for Drugs and Drug Adicction for Health and social responses to drug problems: A European guide*.

Azim, T., Bontell, I. and Strathdee, S. A. (2015), ‘Women, drugs and HIV’, *International Journal of Drug Policy* 26, pp. 16-21.

Birtel, M. D., Wood, L., & Kempa, N. J. (2017). Stigma and social support in substance abuse: Implications for mental health and well-being. *Psychiatry research*, 252, 1-8. <https://doi.org/10.1016/j.psychres.2017.01.097>

Bloom, B., Owen, B. A., & Covington, S. (2003). Gender-responsive strategies: Research, practice, and guiding principles for women offenders.

Campbell, A., Converse, P. E., Miller, W. E., & Donald, E. (1964). *Stokes, The American Voter: An Abridgement*.

Chang, J. (2020). Women Who Use Drugs: Resistance and Rebellion. In *The Impact of Global Drug Policy on Women: Shifting the Needle*. Emerald Publishing Limited. <https://doi.org/10.1108/978-1-83982-882-920200036>

Chhibber, P. (2002). Why are some women politically active? The household, public space, and political participation in India. *International Journal of Comparative Sociology*, 43, 409–429. <https://doi.org/10.1177%2F002071520204300310>

CIG. (2021a). Comissão Para a Cidadania e a Igualdade de Género. *Igualdade de género em Portugal 2021: Poder e tomada de decisão*. Disponível em: https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2021/11/5_Poder-e-tomada-de-decisao.pdf

CIG. (2021b). Comissão Para a Cidadania e a Igualdade de Género. *Igualdade entre homens e mulheres: Glossário*. Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/area-igualdade-entre-mulheres-e-homens/glossario/>

Comissão Europeia (2020). *Comunicação da comissão ao parlamento europeu, ao conselho, ao comité económico e social europeu e ao comité das regiões*. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52020DC0152>

Dalton, R. J. (2015). *The good citizen: How a younger generation is reshaping American politics*. CQ press.

Dempster, S. (2011). I drink, therefore I'm man: Gender discourses, alcohol and the construction of British undergraduate masculinities. *Gender and Education*, 23(5), 635–653. <https://doi.org/10.1080/09540253.2010.527824>

Domoslawski, A., & Capaz, N. P. (2011). *Política da droga em Portugal: os benefícios da descriminalização do consumo de drogas*. Open Society Institute.

DrugScope and AVA. (2013). *The challenge of change: improving services for women involved in prostitution*. Disponível em: https://avaproject.org.uk/wp-content/uploads/2016/08/Challenge-of-change_full-report.pdf

EVAWUD. (2020). *The elimination of violence against women who use drugs: 2020 Campaign Report*. Disponível em: https://whrin.site/campaign/the-elimination-of-violence-against-women-who-use-drugs-evawud-2020-campaign-report/?fbclid=IwAR0dPIPdrlSKqUnVwZT1RUg3Vm8ayEzTMPPLR3iW3vGPZo_jY17HL7R7UoA

EMCDDA. (2017). *European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction. Health and Social Responses to Drug Problems: A European Guide*. https://www.emcdda.europa.eu/system/files/publications/6343/TI_PUBPDF_TD011769_9ENN_PDFWEB_20171009153649.pdf

EIGE. (2021). *European Institute for Gender Equality: Woman and men in decision-making*. <https://eige.europa.eu/gender-statistics/dgs/browse/wmidm>

Espinal, R., & Zhao, S. (2015). Gender gaps in civic and political participation in Latin America. *Latin American Politics and Society*, 57(1), 123-138. <https://doi.org/10.1111/j.1548-2456.2015.00262.x>

Fernandes, J. M., Ribeiro, N., Ferreira, P. D., Cicognani, E., & Menezes, I. (2011). *Da participação à integração: estruturas e oportunidades, discriminação e género no contexto da participação cívica e política de jovens imigrantes brasileiros/as*.

Flanagan, C., & Levine, P. (2010). Civic engagement and the transition to adulthood. *The future of children*, 159-179.

Flick, U. (2017). *The SAGE Handbook of Qualitative Data Collection*. SAGE.

Fraser, S., & Moore, D. (2011). Governing through problems: The formulation of policy on amphetamine-type stimulants (ATS) in Australia. *International Journal of Drug Policy*, 22(6), 498-506. <https://doi.org/10.1016/j.drugpo.2011.09.004>

Guiney, C. (2018). Health and social responses to drug problems in prisons. *The European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction (EMCDDA). Saatavilla*, 13, 2020.

Grella, C. E. (2015). Gender Responsive treatment approaches for women with substance use disorders. *DAWN drugs and alcohol women network: Promoting a gender responsive approach to addiction*, 141.

Hauser, S. M. (2000). Education, ability, and civic engagement in the contemporary United States. *Social Science Research*, 29(4), 556-582. <https://doi.org/10.1006/ssre.2000.0681>

Henderson, S. (1999). Drugs and culture: The question of gender. *Drugs: Cultures, controls and everyday life*, 36-48.

Hessami, Z., & da Fonseca, M. L. (2020). Female political representation and substantive effects on policies: A literature review. *European Journal of Political Economy*, 63, 101896. <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2020.101896>

Hignett, S., & McDermott, H. (2015). Qualitative methodology. *Evaluation of human work, 4th edn. CRC Press, Boca Raton*, 119-138.

Hopenhayn, M (2007), *La juventud en Ibero América: tendencias y urgencias*, Santiago do Chile, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL).

International Drug Policy Consortium (IDPC). (2015). *Women who use drugs and HIV: Position statement 2015*. Disponible em: <https://idpc.net/publications/2015/12/women-who-use-drugs-and-hiv-position-statement-2015>

Iversen, T., & Rosenbluth, F. (2008). Work and power: The connection between female labor force participation and female political representation. *Annual Review of Political Science*, 11, 479–495. <https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.11.053106.151342>

Lopes, J., Benton, T., & Cleaver, E. (2009). Young people's intended civic and political participation: does education matter?. *Journal of youth studies*, 12(1), 1-20. <https://doi.org/10.1080/13676260802191920>

Lorber, J. (2001). *Gender inequality*. Los Angeles, CA: Roxbury.

Malinowska-Sempruch, K., Rychkova, O., & Open Society Foundations. (2015). *The impact of drug policy on women*. New York, NY: Open Society Foundations.

Mood, C., & Jonsson, J. O. (2016). The social consequences of poverty: An empirical test on longitudinal data. *Social indicators research*, 127, 633-652. <https://doi.org/10.1007/s11205-015-0983-9>

Norris, P. (2009). Petroleum patriarchy? A response to Ross. *Politics & Gender*, 5, 553–560.

Pariz, J., Mengarda, C. F., & Frizzo, G. B. (2012). A atenção e o cuidado à gravidez na adolescência nos âmbitos familiar, político e na sociedade: uma revisão da literatura. *Saúde e sociedade*, 21, 623-636. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902012000300009>

Pattie, C., Seyd, P., & Whiteley, P. (2004). *Citizenship in Britain: Values, participation and democracy*. Cambridge University Press.

PORDATA (2019). *Mandatos nas eleições para a Assembleia da República: deputados do sexo feminino em % do total, por partido político*. Disponível em : <https://www.pordata.pt/Portugal/Mandatos+nas+eleições+para+a+Assembleia+da+República+deputados+do+sexo+feminino+em+percentagem+do+total++por+partido+pol%C3%ADtico-2261>

Rainer, S. (2014). Social participation and social engagement of elderly people. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 116, 780-785. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2014.01.297>

Ramires, M. V. (2022). *Vida familiar e participação cívica e política no feminino*. [Tese de Mestrado, Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica do Porto]. <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/38505/1/203041682.pdf>

Raneri, L. G., & Wiemann, C. M. (2007). Social ecological predictors of repeat adolescent pregnancy. *Perspectives on sexual and reproductive health*, 39(1), 39-47. <https://doi.org/10.1363/3903907>

Reichert, F., & Print, M. (2018). Civic participation of high school students: The effect of civic learning in school. *Educational Review*, 70(3), 318-341. <https://doi.org/10.1080/00131911.2017.1316239>

Rhodes, T., Platt, L., Filatova, K., Sarang, A., Davis, M. D. M., & Renton, A. (2002). *Behaviour Factors in HIV Transmission in Eastern Europe and Central Asia*. Geneva: UNAIDS.

Robinson, C. (2005). Grieving home. *Social & Cultural Geography*, 6(1), 47-60. <https://doi.org/10.1080/1464936052000335964>

Romão, I. (2005). O desenvolvimento de competências para a participação cívica e política. *Seminário Inaugural do Programa de Mentoring com vista ao fomento da participação cívica e política das jovens mulheres “De Mulher para Mulher”*. Casa de Serralves. Porto.

Rosenbaum, M. (1998). “Just say know” to teenagers and marijuana. *Journal of Psychoactive Drugs*, 30(2), 197-203. <https://doi.org/10.1080/02791072.1998.10399690>

Ross, M. (2008). Oil, Islam, and women. *American Political Science Review*, 102, 107–123. <https://doi.org/10.1017/s0003055408080040>

Santos, I. C. B. (2022). *O papel da educação na participação cívica e políticas das mulheres*. [Tese de Mestrado, Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica do Porto]. <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/38416/1/203041518.pdf>

Santos, J. A. T., Perruci, L. G., Pegoraro, N. P. J., Scherer, Z. A. P., Souza, J. D., Santos, M. A. D., & Pillon, S. C. (2019). Use of psychoactive substances in women in outpatient treatment. *Revista brasileira de enfermagem*, 72, 178-183. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0399>

Santos, M. H., & Amâncio, L. (2012). Género e política: análise sobre as resistências nos discursos e nas práticas sociais face à Lei da Paridade. *Sociologia, problemas e práticas*, (68), 79-101.

Sarmento, M. J., Fernandes, N., & Tomás, C. A. (2007). Políticas públicas e participação infantil.

SICAD (2018). *Comportamentos aditivos: Legislação*. Disponível em: <https://www.sicad.pt/PT/Cidadao/Tu-alinhas/ComportamentosAditivos/Paginas/detalhe.aspx?itemId=1&lista=HistoriaLegislacao&bkUrl=/BK/Cidadao/Tu-alinhas/ComportamentosAditivos>

Sener, T. (2014). Civic and political participation of women and youth in Turkey: An examination of perspectives of public authorities and NGOs. *Journal of Civil Society*, 10(1), 69-81. <https://doi.org/10.1080/17448689.2013.862083>

Stolle, D., & Micheletti, M. (2006). *The gender gap reversed: Political consumerism as a women-friendly form of civic and political engagement*. na.

Sunshine, H. D. (2005). The missing link: Exploring the relationship between higher education and political engagement. *Political behavior*, 27(1), 25-47. <https://doi.org/10.1007/s11109-005-3075-8>

Tuchman, E. (2010). Women and addiction: the importance of gender issues in substance abuse research. *Journal of addictive diseases*, 29(2), 127-138.

<https://doi.org/10.1080/10550881003684582>

Turan, E., & Tıraş, O. (2017). Family's Impact on Individual's Political Attitude and Behaviors. *Psycho-Educational Research Reviews*, 6(2), 103-110.

UFAFDN. (2020). *Projeto Participo! UF Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde*. Disponível em: <http://www.aldoarfoznevogilde.pt/pages/453>

United Nations. (1995). *United nations world summit (Copenhagen) for social development. programme of action*, Chapter 2. New York: United Nations.

United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC) (2016), *Guidelines on drug prevention and treatment for girls and women*, UNODC, Vienna.

Verba, S., Scholzman, K. L. & Brady, H. E. (1995) *Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics* (Cambridge, MA: Harvard University Press).

Windle, M. (2000). Parental, sibling, and peer influences on adolescent substance use and alcohol problems. *Applied Developmental Science*, 4(2), 98-110. https://doi.org/10.1207/S1532480XADS0402_5

Zani, B., & Barrett, M. D. (2012). Introduction. Engaged citizens? Political participation and social engagement among youth, women, minorities, and migrants. *Human affairs*, 22(3), 273-282. <https://doi.org/10.2478/s13374-012-0023-2>

Zukin, C., Keeter, S., Andolina, M., Jenkins, K., & Carpini, M. X. D. (2006). *A new engagement?: Political participation, civic life, and the changing American citizen*. Oxford University Press.

ANEXOS

Anexos 1. Caracterização sociodemográfica das participantes

Participantes	Idade	Ano de escolaridade	Fonte de Rendimento	Tipo de participação ao longo da vida	Tipo de participação atual
1	_____	Curso Técnico profissional	Mendicidade	Voto; Participação em movimentos políticos; membro de grupos de jovens	Membro do movimento MUSAS; utilização de redes sociais
2	32	6º ano	Mendicidade	Voto	Utilização de redes sociais
3	46	4º ano	Lojista (atividade informal sem declaração de rendimento)	Não participou	Membro do movimento MUSAS; utilização de redes sociais; voto
4	40	7ºano	Trabalho sexual	Não participou	Membro do movimento MUSAS; utilização de redes sociais

5	51	9º ano	Trabalho sexual	Participação em manifestações; voto	Não participa
6	42	_____	Trabalho sexual	Não participou	Utilização de redes sociais
7	28	8ºano	Trabalho sexual	Não participou	Utilização de redes sociais
8	41	9ºano	RSI	Não participou	Não participa
9	63	12ºano	_____	Participação em manifestações; filiação a partidos políticos; membro da direção de clubes universitários; voto	Não participa
10	58	Pós-graduação	_____	Membro de grupos de jovens; voto	Não participa

Anexo 2. Sistema Geral de Categorias

1. Infância (1ª geração de categorias)

2ª geração de categorias	3ª geração de categorias	Descrição	Exemplo de dados	Nº Doc	Nº Ref
1.1. Contexto familiar		Esta categoria inclui todos os dados que remetem para o contexto familiar durante a infância			
	1.1.1. Violência familiar		<i>“eu com 7 anos fui violada, do meu primo com 21... e desde esse dia nunca mais tive vida, fui traumatizada (...) não me recordo bem das coisas da minha mãe, não tenho recordações muito boas da minha mãe, porque o meu pai lhe batia muito (...) o meu pai (...) partiu-me o nariz... Eu tenho meu nariz partido ... Porque eu defendi a minha mãe... com cinco ano”</i>	3	6

“desde muito cedo comecei a tornar-me mulher não é... por exemplo, eu deixei a escola aos 10 anos, aos 11, 12 anos (...), comecei a trabalhar e pronto a minha infância não tive assim uma infância muito de brincadeiras, como os outros meninos tinham, foi mais tipo já de adulta, tinha de chegar a casa, tinha que fazer as coisas de casa, tinha de tomar conta da minha mãe porque ela era alcoólica e não fazia nada né, e pronto assim tornei-me mulher muito rápido

1.1.3. Famílias com uma situação socioeconómica muito precária	<i>“E pronto como eramos 15 dentro de casa, era só o meu pai que trabalhava, não tinha muito dinheirinho para sustentar aquela gente toda”</i>	3	3
1.2.3. Contexto familiar seguro	<i>“foi maravilhosa. “Vivia com os meus pais, com o meu irmão... nunca me bateram na vida, nunca me puseram as mãos, nunca tive danos psicológicos e físicos graças a deus... tive uma infância a adolescência 100%... qualquer criança gostava de ter e fui feliz (...)</i> a minha mãe fazia voluntariado na cruz vermelha... o meu irmão é arquiteto e o meu pai é contabilista (...)	4	5

1.2. Abandono escolar

Esta categoria inclui todos os dados que remetem para o abandono escolar, durante a infância

“quando vim para o bairro é que deixei a escola deixei tudo(...) moramos numa casa já velhota, morávamos sete pessoas numa casa que só tinha um quarto e fomos para uma casa da Câmara”

3

7

2. Adolescência (1ª geração de categorias)

2ª geração de categorias	3ª geração de categorias	Descrição	Exemplo de dados	Nº Doc	Nº Ref
2.1. Saída de casa		Esta categoria inclui todos os dados que remetem para a saída de casa durante a adolescência	<i>“Depois a minha mãe e meu pai nunca tinham tempo, e eu com 15 anos fui pra fora de casa”</i>	4	6
2.2. Início dos consumos de droga		Esta categoria inclui todos os dados que remetem para a o início dos consumos de drogas durante a adolescência	<i>“comecei com 12 anos, quando a minha avó morreu”</i>	6	6
2.3 Continuação dos estudos		Esta categoria inclui todos os dados que remetem para a continuação dos estudos durante a adolescência	<i>“A minha adolescência, foi uma adolescência alegre, quer dizer (...) Tinha amigos, amizades foi uma frase bonita da minha vida... especialmente quando entrei no Carolina com 12 anos, que foi desde o meu sétimo ano até ao 12º ano”</i>	3	3

2.4. Gravidez	Esta categoria inclui todos os dados que remetem para a gravidez durante a adolescência	<i>“Olha, até aos 16 anos morei com os meus pais e já tinha a minha filha mais velha, fui mãe aos 15 anos (...) Não tive infância no fundo...a minha boneca era minha filha(...)</i>	3	3
2.5. Formas de participação cívica e política	Esta categoria inclui todos os dados referentes a formas de participação cívica e política durante a adolescência			
2.5.1. Manifestações		<i>“fazíamos marchas... para avivar as mentes das pessoas... para abrir as mentes das pessoas, para ver o que está bem o que está mal”</i>	2	3
2.5.2 Movimentos políticos		<i>“Eu andei como antifascista... andei algum tempo no bloco, levava muita porrada...”</i>	1	2

2.5.3. Grupos de jovens

*“Fixe fixe, eu gostei muito...
tínhamos também o meu grupo de
punk...
punk, punk rock.... cantar, e fazer
música... estava fixe (...) sim...
encontrávamos na universidade,
coisas assim... Tínhamos espaços
para nos encontrar, líamos muitos
livros... Informação, muito
informação, coisas assim...era fixe
...”*

3. Idade Adulta (1ª geração de categorias)

2ª geração de categorias	3ª geração de categorias	4ª geração de categorias	Descrição	Exemplo de dados	Nº Doc	Nº Ref
3.1. Formas de Participação cívica e política			Esta categoria inclui todos os dados que remetem para as formas de participação cívica e política na idade adulta			
		3.1.1 Voto		<i>“pois costumo votar, mas já não me lembro de votar há muito ... roubaram-me a mochila e foi tudo...foi cartão, foi carta de condução, documentos, tudo”</i>	10	18
		3.1.2. Redes Sociais		<i>“Uso para falar com o meu filho, com os meus amigos... não para trabalho, é mesmo ... antigos amigos, amigos que não têm nada a ver com isto ...”</i>	9	12

3.1.3. Filiação a partidos políticos	<p><i>“Sim... Quando estudava na Universidade em Évora fiz parte da direção do desporto, aqui em Portugal também fiz parte de... dos GDUP, já não é do seu tempo, era um grupo de unidade popular... Era de vários partidos, não era de um partido só”</i></p>	1	2
3.1.4. Envolvimento em Associação com movimentos militantes	<p><i>“eu gosto de lá estar. Todas nós passamos pela mesma coisa, e lutamos pelas mesmas coisas (...) Lutamos lá para que tínhamos os nossos direitos (...) Pela convivência, eu acho também... A gente quando está na droga não tem muitos amigos (...), então ali nas musas tenho companhia e sinto-me bem”</i></p>	3	9

3.2. Consumos de
Drogas

Esta categoria inclui todos os
dados que se relacionam com os
consumos de drogas na idade
adulta

3.2.1. Início de
consumos de drogas

*“Tinha para aí uns 37 anos...
Quando as pessoas começam a
deixar foi quando eu comecei a
consumir... Com o meu
companheiro, por causa dele... Por
causa não... por curiosidade eu
resolvi experimentar, não fui
obrigada, nem lá perto...”*

4 6

3.2.2. Agravamento dos
consumos

*“A minha vida até aos 46 anos foi
de altos e baixos, porque depois
meti-me nas drogas, porque quando
perdi os meus filhos eu fiquei mal”*

6 10

3.2.3. Baixo estatuto socioeconómico	<i>“Peço. Peço na rua (...) eles não me quiseram ajudar, tiveram um mês para me arranjar um quarto... E abandonaram-me na rua, cortaram-me o apoio ... e eu recai na droga”</i>	10	14
3.2.4. Discriminação			
3.2.3.1. Aspeto físico	<i>“o meu amigo não tem tanto aspeto de drogado, e pra ele é muito mais fácil, se e eu aparecer assim drogada ninguém dá nada...vou ao supermercado e tenho sempre o segurança atrás de mim”</i>	3	5
3.2.3.2. Mercado de trabalho	<i>não sei por que razão, mas comecei a emagrecer.... Eles souberam que eu também consumia (...) pensaram que eu me injetava e que tinha apanhado sida (...) Como eu trabalhava com o público, eles</i>	1	2

	<i>pensavam que eu estava a contaminar o publico com sida... (...) Quando eu me apercebo disto já foi bastante tarde, já tinha bastantes atestados médicos que eles tinham feito porque julgaram que eu tinha sida... Se eu soubesse disso, tinha eu apresentado um atestado porque eu não tenho sida”</i>		
3.2.3.3. Serviços de saúde	<i>”, fui ao hospital porque me senti mal, foram a ver o currículo e “ai esta senhora é de associações, é toxicodepente” e fui discriminada também</i>	2	2

3.2.3.4. Sistema de
justiça

“tive que ir pedir ajuda à segurança social. A segurança social viu uma mãe solteira com 4 filhos, e obrigatoriamente tiraram-me (...) quando perdi os meus filhos. eu lutei tanto, tanto por eles. Queria ser ouvida pelo juiz, queria saber dos meus direitos (...) não fui assim muito ouvida, fui um bocado descriminalizada (...) Perdi-os e depois recorri às drogas pesadas”

2

4
